



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA
RIO DE JANEIRO PORT AUTHORITY

Diretoria de Planejamento
Superintendência de Planejamento
Divisão de Planejamento Orçamentário

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS
E
ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS

2010

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1º BIMESTRE

ÍNDICE

1 – Valores Aprovados para 2010.

1.1 - Quadro PDG/2010 – Execução

1.2 - Quadro PDG/2010 – Usos e Fontes

1.3 - Quadro PDG/2010 – Execução por Diretoria e Centro de Custo

2 - Descrição da Execução Orçamentária 2010

2.1 – Recursos

2.1.1 – Receitas Correntes

2.1.2 – Receitas de Capital

2.2 – Dispêndios

2.2.1 – Correntes

2.2.2 – Orçamento de Investimentos

2.2.2.1 – Créditos Aprovados

3 - Conclusão/Solução

3.1 – Situação verificada

3.2 – Solução apresentada

3.2.1 – Medidas Adotadas

3.2.2 – Recomendação

Anexo I – Detalhamento dos Dispêndios Correntes

Anexo II – Acompanhamento Orçamento de Investimentos

Anexo III – Gráficos Receitas Correntes

Anexo IV – Gráficos Dispêndios Correntes

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – PDG / 2010

1-Valores Aprovados para o Exercício de 2010

Dispêndios

				Em R\$
Decretos	PDG	Correntes	Capital	Total
6.997/2009	Dotação Inicial	209.443.228	27.120.411	236.563.639

O Decreto nº 6.997/2009 aprovou o PDG para o exercício de 2010 no valor de R\$ 236,5 milhões.

Esse montante é representado pelos Dispêndios Correntes (despesas com pessoal, material de consumo, serviços de terceiros e encargos diversos) e Dispêndios de Capital (amortização da dívida externa e ações de investimentos com recursos próprios e com recursos do tesouro) num total de R\$ 209,4 milhões e R\$ 27,1 milhões, respectivamente.

O detalhamento do Orçamento de Investimentos foi divulgado como Suplemento “B” da Lei 12.214/10 (LOA-10) em 23/02/2010.

Receitas

				Em R\$
Decretos	PDG	Própria	Tesouro	Total
6.997/2009	Dotação Inicial	255.846.691	18.297.799	274.144.490

A Receita Corrente inicialmente prevista no total de R\$ 255,8 milhões foi projetada pela previsão da média anual para 2009, atualizado com um IGP-DI de 4,5%, acrescido de expectativa de aumento no faturamento do Contrato 54/97 da empresa CSN no montante de R\$ 41,0 milhões.

A Receita de Capital para Aumento do Patrimônio Líquido foi aprovada no valor de R\$ 18,3 milhões.

Os demais recursos que complementam o PDG são: variações do capital de giro e do disponível.

1.1 - Quadro PDG/2010

QUADRO RESUMO EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA /2010 (janeiro a fevereiro)

ITEM ORÇAMENTÁRIO	Decreto nº 6.997/2009	Decreto nº 6.997/2009 +Decreto s/nº, 26/01/2010 (A)	Compromissado até fev/10 (B)	DIFERENÇA (A-B)	% (B/A)	REALIZADO até fev/10 (C)	% (C/A)
DESPESA							
1 DISPÊNDIOS CORRENTES	209.443.288	209.443.288	44.618.555	164.824.733	21	32.059.214	15
PESSOAL	95.570.876	95.570.876	18.704.628	76.866.248	20	18.220.098	19
MAT. CONSUMO	2.054.000	2.054.000	49.128	2.004.872	2	22.432	1
SERV. TERCEIROS	36.361.003	36.361.003	8.226.417	28.134.586	23	2.184.066	6
UTIL. SERVIÇOS	8.030.000	8.030.000	1.240.922	6.789.078	15	491.491	6
TRIB. ENC. PARA FISCAIS	17.742.620	17.742.620	5.175.049	12.567.571	29	1.616.895	9
JUROS DE FINANC.	886.984	886.984	0	886.984	0	0	0
ALUGUÉIS	1.595.900	1.595.900	204.915	1.390.985	13	28.453	2
MULTAS E ENCARGOS FINANC	3.000.000	3.000.000	64.193	2.935.807	2	63.682	2
DIVIDA JUDICIAL TRABALHISTA	5.000.000	5.000.000	4.090.538	909.462	82	3.477.892	70
DIVIDA JUDICIAL CIVIL	36.414.900	36.414.900	6.774.639	29.640.261	19	5.895.501	16
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	2.787.005	2.787.005	88.126	2.698.879	3	58.704	2
2 DISPÊNDIOS DE CAPITAL	27.120.411	36.888.752	1.893.440	34.995.312	5	981.473	3
AMORTIZAÇÃO	1.422.612	1.422.612	0	1,422.612	0	0	0
INVESTIMENTOS	25.697.799	35.466.140	1.893.440	33.572.700	5	981.473	3
Recursos Proprios	7.400.000	8.163.761	119.955	8.043.806	1	119.955	1
Recursos do Tesouro	18.297.799	27.302.379	1.773.485	25.528.894	6	861.518	3
1-Recursos - 2009	18.297.799	18.297.799	0	18.297.799	0	0	0
1.1-Orçam Fiscal-09	18.297.799	18.297.799	0	18.297.799	0	0	0
2- Exerc Anterior/Restos a Pagar	0	0	0	0	0	0	0
3-Saldo Financiero Exerc Anteriores	0	9.004.580	1.773.485	7.231.095	20	861.518	10
3.1-Saldo Financ Exer/2008	0	1.826.971	1.759.731	67.240	96	861.518	47
3.2-Saldo Financ Exerc-Outros	0	7.177.609	13.754	7.163.855	0	0	0
I - TOTAL DAS DESPESAS	236.563.699	246.332.040	46.511.995	199.820.045	19	33.040.687	13

	Decreto 6.997/2009	Decreto 6.997/2009 + Decreto s/nº, 26/01/2010 (A)	Faturado até fev/10 (B)	Diferença (A-B)	%	Arrecadado até fev/10	%
RECEITA							
RECEITAS CORRENTES	255.846.691	255.846.691	41.843.469	214.003.222	16	33.908.524	13
1 REC. OPERACIONAL	232.894.959	232.894.959	38.550.420	194.344.539	17	32.319.628	14
2 REC. NÃO OPERAC.	14.247.562	14.247.562	1.771.497	12.476.065	12	1.588.896	11
Aluguéis	7.284.916	7.284.916	1.227.220	6.057.696	17	0	0
Outras não Operacionais	6.962.646	6.962.646	544.277	6.418.369	8	1.588.896	23
3 RECUPERAÇÃO VENCIMENTOS	8.704.170	8.704.170	1.521.552	7.182.618	17	0	0
4 REC. AUM. PATRIMONIO LÍQUIDO	18.297.799	18.297.799	0	18.297.799	0	0	0
Orçamento Investimentos	18.297.799	18.297.799	0	18.297.799	0	0	0
Custeio	0	0	0	0	0	0	0
5 VAR CAP GIRO / VAR DISPONÍVEL	-37.580.791	-27.812.450	41.642.774	-69.455.224	-150	41.642.774	-150
II -TOTAL DOS RECURSOS	236.563.699	246.332.040	83.486.243	162.845.797	34	75.551.298	31
Variação de Execução (II - I)			36.974.248			42.510.611	

1.2 - Quadro PDG/2010 – Usos e Fontes.

R\$ 1,00

Execução Orçamentária - 2010 (janeiro a fevereiro)											
FONTES				USOS							
Dec. 6.997/09 + Dec. s/nº, 26/01/10				Dec. 6.997/09 + Dec. s/nº, 26/01/10				Desp			
	Rec. Executada	%		Dot Disponib	%	Empenhada	%	Desp Executada	%		
Faturamento	255.846.691	41843.470	16	Pessoal	95.570.876	23.892.722	25	18.220.099	50	18.220.098	55
Adiant Receita	0	0	0	Material de Consumo	2.054.000	513.500	25	22.432	0	22.432	0
Sub	255.846.691	41843.470	16	Serviços Terceiros	36.361.003	8.852.844	24	2.805.003	8	2.184.066	7
				Utilidades Serviços	8.030.000	2.007.500	25	491491	1	491491	1
				Tributos	17.742.620	4.435.655	25	4.789.939	13	1616.895	5
				Juros/Amorti Divida	2.309.596	221746	10	0	0	0	0
				Outros Disp Correntes	7.382.905	644.601	9	74.204	0	150.839	0
				Sub (1)	169.451.000	40.568.568	24	26.403.168	72	22.685.821	69
				Divida Jud. Trabalhista	5.000.000	1250.000	25	3.477.892	9	3.477.892	11
				Divida Judicial Cível	36.414.900	9.103.725	25	5.895.501	16	5.895.501	18
Var Cap Giro/Disp Inicial	-27.812.450	41642.774	-150	Invest Rec Proprios	8.163.761	2.478.188	30	119.955	0	119.955	0
				Inv Tes Sd Finan Ex. Ant.	9.004.580	9.004.580	100	861518	2	861518	3
Rec Tes - Custeio	0	0	0								
Total Recursos	228.034.241	83.486.244	37	Total Dispendios	228.034.241	62.405.061	27	36.758.034	100	33.040.687	100
Rec Tes Invest	18.297.799	0	0	Inv Rec Tes do Exerc	18.297.799	0	0	0	0	0	0
Total do Exercício	246.332.040	83.486.244	34	Total do Exercício	246.332.040	62.405.061	25	36.758.034	100	33.040.687	100
(Rec Fatur/Prev Rec%)		34%		(Dot Disp/Dot Estimada %)		25%					

1.3 - Quadro PDG/2010 – Execução por Diretoria e Centro de Custo

PDG/2010 - desempenho por diretoria				
Diretoria		<i>Aprovado</i>	<i>Executado</i>	%
DIRARH	SUPADM	19.935.900,00	1.035.952,06	5,2%
	SUPREC	111.501.736,00	20.347.688,19	18,2%
Total		131.437.636,00	21.383.640,25	16,3%
DIRPRE	ASSCOM	797.350,00	48.173,75	6,0%
	GABPRE	154.409,00	25.411,98	16,5%
	SUPAUD	7.000,00	-	0,0%
	SUPGUA	82.784,00	-	0,0%
	SUPJUR	11.862.000,00	1.177.426,57	9,9%
	SUPMAK	1.734.000,00	35.854,00	2,1%
	SUPMAM	2.034.225,00	-	0,0%
Total		16.671.768,00	1.286.866,30	7,7%
DIRPLA	SUPLAN	2.290.000,00	47.903,40	2,1%
	SUPFIN	48.988.284,00	9.266.042,55	18,9%
Total		51.278.284,00	9.313.945,95	18,2%
DIRGES	SUPENG	10.055.600,00	74.761,60	0,7%
Total		10.055.600,00	74.761,60	0,7%
Consolidado		209.443.288,00	32.059.214,10	15,3%

2 - Descrição da Execução Orçamentária/2010

2-1 – RECURSOS

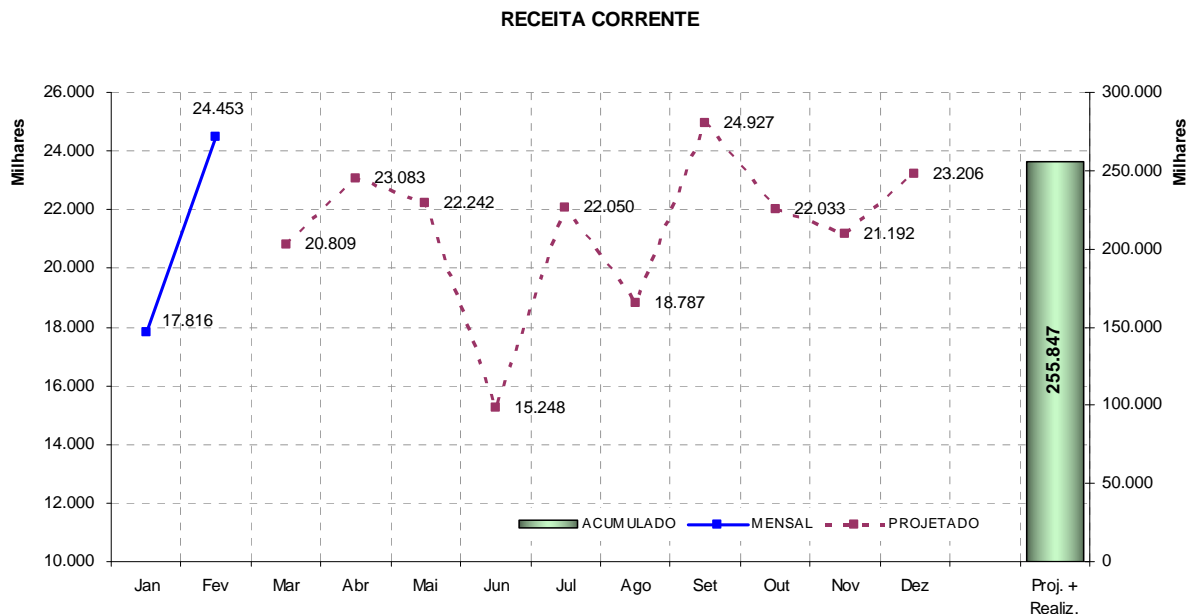
No exercício de 2010, os recursos disponíveis representaram 34% da previsão total, alcançando o montante de R\$ 83,4 milhões, tendo parcelas de R\$ 41,8 milhões de Receitas Correntes e R\$ 41,6 milhões como Variação do Capital de Giro e do Disponível. Destes últimos, 67% estão vinculados a projetos de Investimentos com Recursos do Tesouro, correspondendo a R\$ 28,1 milhões, os quais ainda não foram incluídos em sua totalidade no Orçamento de Investimentos – PDG/2010.

2.1.1 - Receitas Correntes

As Receitas Correntes, de Geração Própria (Receita Operacional, Não Operacional e Recuperação de Vencimentos), alcançaram um faturamento de 16% da previsão inicial, correspondendo a R\$ 41,8 milhões.

As Receitas Operacionais, Não Operacionais e Recuperação de Vencimentos atingiram, respectivamente, 17%, 12% e 17% da previsão inicial para o exercício. (ver gráficos 3 e 4, no anexo III).

O faturamento no 1º bimestre ficou 4,0% acima da previsão inicial, influenciada principalmente pela multa contratual aplicada no terminal Multi-Rio, em fevereiro.



CDRJ
Faturamento – 2010

	<i>Previsão/2010 (IGP-M 4,5)</i>	<i>Total Faturado</i>	<i>% Exec</i>
Sede			
<i>Recuperação de vencimentos</i>	8.704.170,55	1.521.551,94	17,5
<i>Receitas Diversas</i>			0,0
Total SEDE	8.704.170,55	1.521.551,94	17,5
Porto do Rio			
<i>Cais Público</i>	45.467.450,10	7.840.021,79	17,2
<i>Moinho Cruzeiro Sul</i>	831.731,99	154.710,67	18,6
<i>Multi-Rio (*)</i>	16.418.657,62	8.054.965,97	49,1
<i>Libra Terminal Rio</i>	1.050.940,49	136.239,71	13,0
<i>Multi-Car Terminal Veículos</i>	5.724.752,50	784.696,12	13,7
<i>Pier Mauá</i>	2.652.457,25	1.857.519,58	70,0
<i>Triunfo (S.Cristóvão)</i>	9.196.664,06	592.506,44	6,4
<i>Terminais Privativos</i>	17.978.775,97	2.006.725,24	11,2
Total do SUPRIO	99.321.429,98	21.427.385,52	21,6
Porto de Niterói			
<i>Cais Publico</i>	203.826,78	110.046,54	54,0
<i>Terminal 1 – Nitport</i>	515.077,50	84.838,76	16,5
<i>Terminal 2 – Nitshore</i>	1.510.093,09	253.940,80	16,8
Total GERNIT	2.228.997,37	448.826,10	20,1
Porto de Angra dos Reis			
<i>Cais Público</i>	510.326,04	66.440,94	13,0
<i>Terminal Arrendado-Angraporto</i>	2.524.410,57	390.090,86	15,5
<i>Terminais Privativos</i>	0,00	0,00	0,0
Total GERANG	3.034.736,61	456.531,80	15,0
Porto de Itaguaí			
<i>Cais Publico</i>	1.494.505,92	326.990,53	21,9
<i>Terminais Arrendados</i>	141.063.849,67	18.560.655,47	13,2
<i>CSN</i>	76.063.316,72	10.755.658,24	14,1
<i>Valesul</i>	4.846.807,75	506.509,28	10,5
<i>Sepetiba Tecon</i>	1.873.858,59	374.781,59	20,0
<i>CPBS</i>	58.279.866,61	6.923.706,36	11,9
<i>Terminais Privativos</i>	0,00	48.941,75	0,0
Total ITAPOR	142.558.355,59	18.936.587,75	13,3
TOTAL GERAL	255.847.690,10	42.790.883,11	16,7

(*) Multa aplicada ao contrato nº 10/1998 no valor de R\$ 6,1 milhões.

Obs.: ver gráfico 5, no anexo III.

2.1.2 - Receitas de Capital.

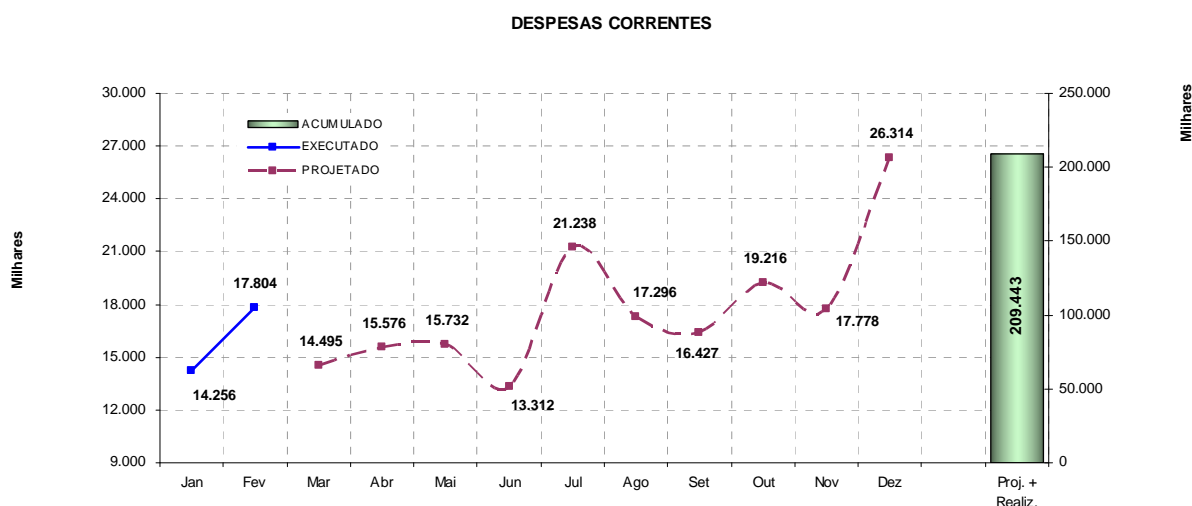
Do valor de R\$ 18,3 milhões em Receitas de Capital/Recursos do Tesouro para Aumento de Capital, ainda não foram repassados financeiramente nenhum valor.

2.2 - DISPÊNDIOS

2.2.1 - CORRENTES

A execução total dos Dispêndios Correntes representou 15% da dotação inicial (R\$ 209,4 milhões), chegando a R\$ 32,0 milhões.

Na composição dos gastos as despesas com maior relevância foram com Pessoal e Dívidas Judiciais Cíveis e Trabalhistas, que juntas representaram 86% do total realizado.



2.2.1.1 – PESSOAL

Dotação inicial de R\$ 95,5 milhões. Foram executados R\$ 18,2 milhões, correspondendo a 19%, estando dentro do previsto para o período. (ver gráfico 2, no anexo IV).

2.2.1.2 – MATERIAL DE CONSUMO E SERVIÇOS DE TERCEIROS

Executados R\$ 22,4 mil e R\$ 2,2 milhões, respectivamente.

Baixa execução (1% e 6%) em decorrência do contingenciamento orçamentário aplicado ao longo de todo o exercício anterior, para novas aquisições e novas contratações, o nível de execução acompanhou a proporção de 2009. (ver gráficos 3 e 4 do anexo IV).

Em Material foram executadas despesas para manutenção de estoque de almoxarifado.

Em Serviços de Terceiros foram executados R\$ 1,9 milhões em Dispêndios Indiretos de Pessoal, R\$ 0,1 milhões em Prest de Serviços Técnicos, R\$ 0,1 milhões em Manutenção e Conservação e R\$ 0,1 milhões em Outros Serv. Terceiros.

2.2.1.3 – ENCARGOS DIVERSOS.

Dotação inicial de R\$ 75,4 milhões, tendo como valores relevantes a regularização dos diversos bloqueios judiciais, cíveis e trabalhistas, em execução.

Foram executados no período R\$ 11,6 milhões representando 15% da dotação inicial aprovada para este Grupo (vide gráfico 5, no anexo III).

Segue abaixo a discriminação dos subgrupos e as respectivas execuções.

2.2.1.3.1 – UTILIDADES E SERVIÇOS / TRIBUTOS E ENCARGOS PARAFISCAIS / DÍVIDA EXTERNA

Utilidades e Serviços – Valores executados totalizaram R\$ 0,5 milhões (6% do total aprovado para a rubrica), ocorrendo uma economia de despesa com relação a média mensal prevista.

Tributos e Encargos Parafiscais – Executados R\$ 1,6 milhões (9%) estando abaixo do previsto para o período, considerando que alguns impostos são regularizados no início do exercício.

Dívida Externa – Correspondente a duas parcelas anuais e fixas, em abril e setembro, dos contratos com o BIB e DMLP. Execução a partir de abril.

2.2.1.3.2 – ALUGUEIS E MULTAS.

Aluguéis – Executados R\$ 28,4 mil (2%). Registrados no exercício, os contratos de característica “continuado”, oriundos do exercício de 2009: Viaturas, Equip. Radio Telec. e Telefonia, Sistema de Segurança Eletrônica, Maquinas Copiadoras e Sanitários Químicos.

Multas e Encargos Financeiros – Executados R\$ 63,6 mil. Apresentou uma execução de 2,0%, estando abaixo do valor projetado para o período.

2.2.1.3.3 – DÍVIDA JUDICIAL

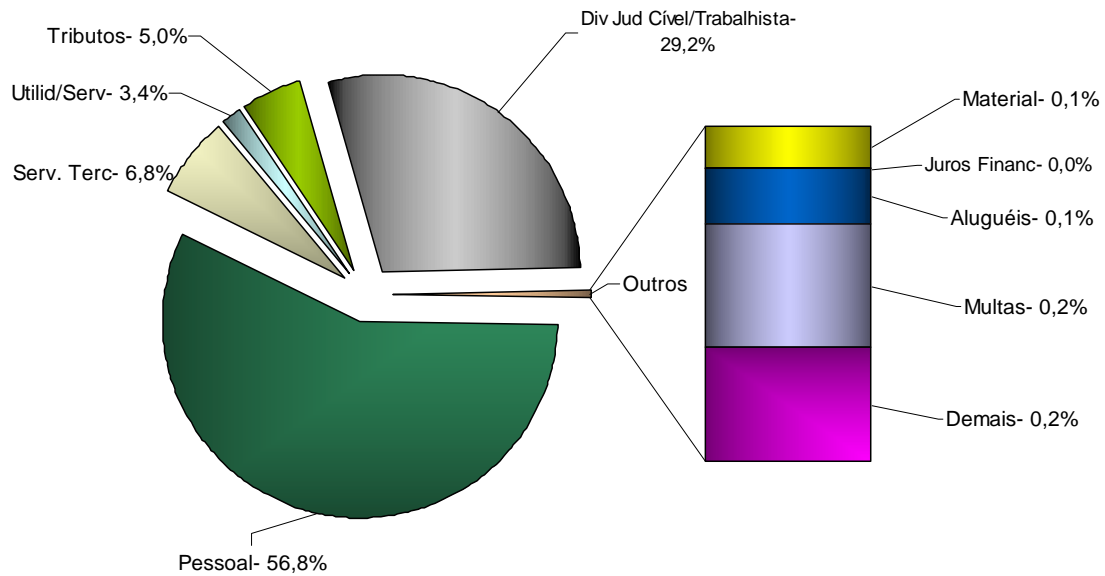
Dívida Judicial Trabalhista – Dotação inicial de R\$ 5,0 milhões. Tendo uma execução de 70%, correspondente a R\$ 3,4 milhões. A visível extrapolação de dotação que ocorrerá provavelmente no próximo bimestre, está por conta de dois bloqueios terem iniciado após a proposta orçamentária de 2010. A recomposição será incluída na próxima reprogramação prevista em set/2010.

Dívida Judicial Cível – Dotação inicial de R\$ 36,4 milhões, tendo sido executados R\$ 5,9 milhões (16%). 61% dessa execução foram para regularização do processo nº 1998.001.185286-0-11ª VC de JP MORGAM e CIAM, responsável pelo bloqueio de 40% da receita corrente, direto na arrecadação, estando ainda em vigor. Conforme informação prestada pela SUPFIN, o término desse bloqueio, inicialmente previsto para outubro/09, deverá ocorrer no primeiro trimestre de 2010.

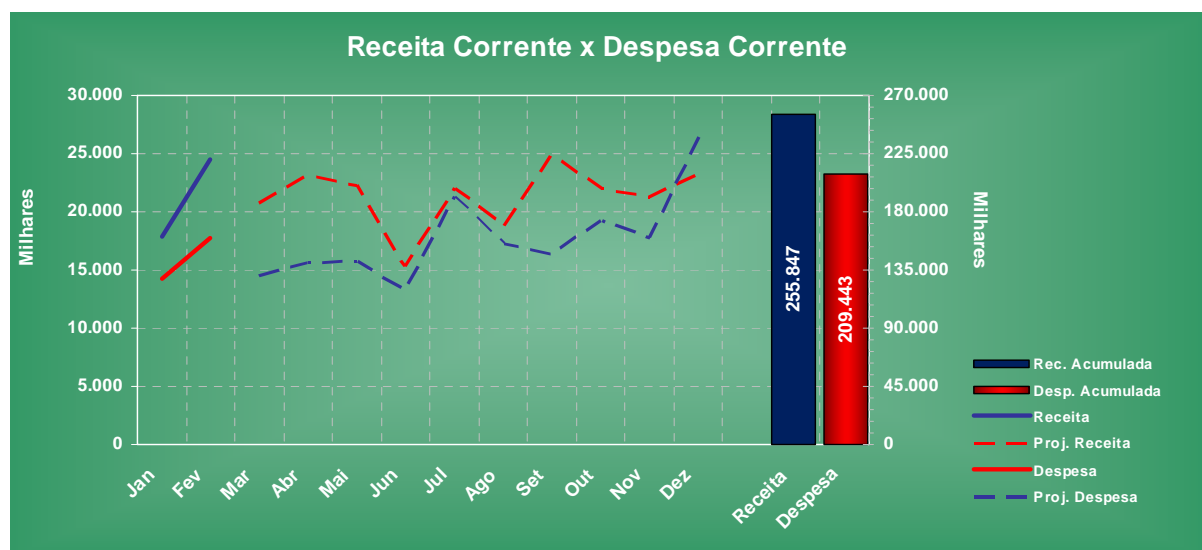
2.2.1.3.4 – DEMAIS DISPÊNDIOS

Demais Dispêndios Correntes – Executados R\$ 58,7 mil, representando 2% da Dotação Inicial de R\$ 2,7 milhões. Nesse Grupo classificam-se as seguintes despesas: Despesas Miúdas, Seguros de Bens e de Pessoal, Despesas Legais e Judiciais, Acordo e Parcelamento Portus.

Composição em Representação da Despesa Executada



Item	Composição
Pessoal	Fl pagto, encargos sociais.
Material de Consumo	Material para estoque almoxarifado
Serviços. Terceiros	Encargos indiretos c/ Pessoal, serv manutenção, assessoria e consultoria, propaganda e publicidade.
Utilidades e Serviços	Energia, telefone, água e esgoto, correios.
Tributos	Pasep, IPTU, Foro, Cofins, Licença Ambiental, IPVA, Sal. Educação.
Juros de Financ	Juros ref. Financ Externo (Serv. Divida União).
Aluguéis	Viaturas, Imóveis, Radio e telefonia, Sist Seg Sede, Máq. Copiadoras, Embarcações.
Multas	Multas diversas, multas relativas parcelam débito tributário.
Divida. Trabalhista	Depósitos, acordos e bloqueios da Justiça Trabalhista.
Divida. Cível	Bloqueios e acordos da Justiça Cível, Cessão de Créditos, Dívida Ativa, Indenizações e Restituições.
Demais Disp. Correntes	Despesas Miúdas, Seguros de Bens e Pessoal e Despesas Legais e Judiciais, Acordo e Parcelamento Portus



2.2.2 – ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS

2.2.2.1 – Créditos Aprovados

Previsão Legal	Dotação Aprovada	
Lei 12.214/2010 - LOA	25.697.799	
	Suplementação	Cancelamento
Dec. s/nº, de 27/01/10	9.768.341	0
Subtotal	9.768.341	0
TOTAL	35.466.140	

Fixado pela Lei 12.214 de 26 de janeiro de 2010 (LOA-10), para o Orçamento de Investimentos o valor de R\$ 25,7 milhões, sendo R\$ 18,3 milhões com recursos do Tesouro e R\$ 7,4 milhões com recursos próprios.

O detalhamento do Orçamento de Investimentos foi divulgado como Suplemento “B” da Lei 12.214/10 (LOA-10) em 23/02/2010.

O Decreto s/nº, de 27 de janeiro de 2010, reabriu os créditos referentes a saldo financeiros de exercícios anteriores, que tinham sido abertos no último quadrimestre de 2009.

Apresentou execução de R\$ 981,4 mil (3%). Baixa execução ocasionada pelo fato de haverem vários processos de investimentos em fase de licitação e, também, a utilização dos recursos somente a partir em fevereiro.

3 – Conclusão

3.1 – Situação verificada.

O faturamento das Receitas Próprias fechou o bimestre com uma execução de 4,0% acima da projeção para 2010. Fato verificado em virtude de uma multa contratual aplicada ao arrendatário Multi-Rio.

No decorrer do ano, os dispêndios foram corretamente aplicados no que tange à apropriação orçamentária pelo regime de competência, ou seja, os registros foram feitos no mês da ocorrência da despesa, salvo o PIS/PASEP e COFINS, pela dependência do fechamento contábil.

Considerando o montante de recursos disponíveis no período no valor de R\$ 83,4 milhões.

Considerando que, desse montante, R\$ 28,1 milhões referem-se a Recursos do Tesouro apurados como Saldo Financeiro de 2009.

Constata-se a capacidade da CDRJ em garantir a totalidade da execução da despesa compromissada para o período de R\$ 44,6 milhões, no qual apresentou um saldo positivo de R\$ 10,6 milhões.

Recursos Disponíveis no ano (Regime de Competência)	83.486.244
(-) Rec Tesouro – Saldo Financ-2009 - vinculado Invest.	(28.146.225)
(=) Recursos Próprios Líquidos	55.340.019
(-) Dispêndios Correntes Compromissados	(44.618.557)
(-) Dispêndios Capital Compromissados – Geração Própria	(119.955)
(=) Saldo Orçamentário Atual	10.601.507

3.2 – Solução.

3.2.1 – Medidas Adotadas:

1 - Mantida a busca pelas áreas, operacional e marketing, quanto a uma perspectiva de entrada de novos recursos;

2 – A liberação das dotações para empenho das despesas está sendo na ordem de 25% por trimestre.

3.2.2 – Recomendações

Recomenda-se no decorrer do exercício de 2010, que as Unidades Gestoras (UG) façam um minucioso planejamento e acompanhamento orçamentário das contas sob sua responsabilidade, para o atendimento das despesas a executar constantes de suas respectivas metas de gestão, informando-as à SUPLAN/DIPLAN sempre que oportuno ou quando solicitado, pois o desconhecimento das UGs das reais necessidades de recursos orçamentários pode vir a ocasionar um desequilíbrio orçamentário de recursos de geração própria.

Recomenda-se a busca pela SUPFIN de metodologia para possibilitar uma arrecadação dos recursos próprios mais eficiente.

Recomenda-se também, o envolvimento das áreas, das respectivas unidades gestoras ou geradoras de despesas quanto ao cumprimento das metas orçamentárias da Companhia estabelecidas, nas quais recai a fiscalização dos órgãos de controle do governo (TCU / CGU / DEST) cobrando sua execução.

Lembra-se que quaisquer solicitações de suplementação ou cancelamento de dotação orçamentária deverão ser reportadas à SUPLAN/DIPLAN tão logo sejam de conhecimento, para o devido processo de inclusão ajustando o Programa de Dispêndios Globais (PDG), sempre se obedecendo ao trâmite interno hierárquico autorizando-o.

De acordo com as normas gerais de Finanças Públicas e a Lei de Responsabilidade Fiscal, é vedada a assunção de despesas sem a contrapartida de recursos (valor orçamentário aprovado) que as atendam. E conforme disposto no inc. IX do art. 10 da Lei de Improbidade Administrativa, é ato de improbidade administrativa: “ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento”.